

## **O PAPEL DA CEAGESP NA COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Larissa Oliveira Dionisio<sup>1</sup>  
Alan da Silva Vinhaes<sup>2</sup>

### **Resumo**

A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) foi criada em 1969, tendo como principal função armazenar grãos e comercializar produtos hortifrutigranjeiros. A CEAGESP detém a maior rede pública de armazéns do Estado de São Paulo e um complexo de 13 unidades atacadistas, sendo uma empresa de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A pesquisa tem como objetivo principal analisar a atuação da unidade da CEAGESP de Presidente Prudente como ponto de convergência de produtos hortifrutigranjeiros, com base na atuação de empresas e agentes vinculados aos circuitos superior e inferior da economia urbana. As análises foram empreendidas tendo como base os pressupostos da teoria dos dois circuitos da economia urbana desenvolvida por Santos (1976; 1979), associada à noção de circuitos espaciais de produção, desenvolvida pelo mesmo autor no ano de 1986.

**Palavras-chave:** CEAGESP, circuitos espaciais de produção, hortifrutigranjeiros, comercialização.

### **Introdução**

A CEAGESP surgiu de uma fusão entre duas empresas, a Central Estadual de Abastecimento (CEASA) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP), em 1969, ambas estatais e paulistas que tinham como principais funções o armazenamento de grãos e a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros.

Verificou-se que não há estudos sobre a unidade da CEAGESP do município de Presidente Prudente, em razão disso foram consultados trabalhos sobre a CEAGESP de outros municípios ou com a temática dos circuitos espaciais de produção e dos dois circuitos da economia urbana.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Câmpus de Presidente Prudente, l\_ltc@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Câmpus de Presidente Prudente, asvinhaes2013@gmail.com

Levantamento bibliográfico sobre a história das centrais de abastecimento, os circuitos espaciais de produção e dos circuitos superior e inferior da economia urbana.

Coleta de dados e informações de fonte secundária referentes à produção de hortigrutigrangeiros na Região de Presidente Prudente.

Levantamento de dados estatísticos referentes à produção hortifrutigranjeira na Região de Presidente Prudente, em publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como de dados e informações constantes em documentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); da Associação Brasileira de Companhias Armazenadoras Oficiais (ABCAO); do Instituto Brasileiro de Horticultura (IBRAHORT); da Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento (ABRACEN) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além da própria CEAGESP.

Realização de entrevistas com feirantes e com dirigentes de empresas que compram da CEAGESP. Foram selecionados dois hipermercados, dois supermercados e dois pequenos mercados, situados em bairros de Presidente Prudente. Todas as entrevistas foram realizadas com a utilização de roteiros previamente elaborados.

### **As centrais de abastecimento e a Companhia de Entrepostos e Armazéns do Estado de São Paulo (CEAGESP).**

Diferentemente do PRONAF “que foi um marco nas políticas públicas brasileiras” (FREDO; OTANI, 2015, p. 9), resultantes da mobilização de trabalhadores rurais que lidavam com a dificuldade em se inserir no mercado agropecuário, as centrais de abastecimento surgiram de uma iniciativa governamental.

A referida iniciativa gerou, sem nenhuma dúvida benefícios para toda cadeia produtiva e para o consumidor final e, em especial, foi capaz de produzir e oferecer um conjunto de serviços até então inexistentes ou desestruturados, tais como as informações de mercado, a capacitação dos agentes, melhoramento nos processos de padronização e classificação dos produtos e adequação de embalagens, maior controle no uso de defensivos agrícolas, incentivos à produção para exportação, entre outros (ABRACEN, 2011, p. 9).

A crise de abastecimento no início dos anos 1960 e a má distribuição dos alimentos estimularam a criação das centrais de abastecimento.

A ideia da criação de centrais surgiu com o Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento (Gemab), criado em 1968. No relatório oriundo das atividades desse grupo, recomendava-se a criação e implantação de entrepostos de abastecimento nas capitais e nos principais núcleos urbanos do país (QUEIROZ, p. 34).

As dificuldades na constituição dos preços e na distribuição dos produtos fizeram com que o Governo Federal criasse centrais de abastecimento, o que levou a ampliação da demanda por produtos hortifrutigranjeiros.

As primeiras CEASAs foram criadas entre os anos de 1972 e 1974, os quais eram regidos pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Entre os anos de 1975 a 1979, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foram criadas outras 19 unidades das CEASAs. Na década de oitenta, a fase de implantação de unidades das CEASA estava quase finalizada, sendo aprimorado o sistema operacional e o incentivo do mercado interno e externo. No entanto, isto não impediu a descentralização, bem como implementação de unidade das CEASAs no interior.

Carvalho e Pinheiro (2010) ressaltam que as centrais de abastecimentos foram baseadas em experiências europeias, especialmente francesas e espanholas. Queiroz (2014) considera que as centrais de abastecimento atuam como instituições compostas de um conjunto de intermediários, por se tratarem de firmas atacadistas e de atravessadores hortifrutigranjeiros.

Segundo Hespanhol (2013) políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) visam facilitar o acesso à alimentação, mostram-se mais vantajosos porque a figura do intermediário não se faz presente no momento da comercialização.

Como salientam Anjos e Becker (2014, p. 98)

Até meados dos anos 1970 os produtores familiares tinham acesso aos mercados locais exclusivamente através da venda de seus produtos aos chamados atravessadores ou diretamente junto às feiras regionais, praticando a venda direta aos consumidores.

Apesar da presença dos atravessadores ser muito forte, as centrais de abastecimento possibilitaram a maior integração de pequenos produtores rurais ao mercado, podendo comercializar seus produtos diretamente, pois “a criação de um posto de comercialização direto para o produtor rural constitui em um benefício para o mesmo, uma vez que elimina a

figura do atravessador no processo de comercialização” (GOMES; ANTONIALLI; COSTA, 2005, p. 3).

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os agricultores que mais acessam as Ceasas são, em sua maioria, de pequeno porte ou em sistema familiar, sendo as CEASAS uma importante plataforma logística de comercialização.<sup>3</sup> Contudo, a atuação dos atravessadores ganhou importância ao longo do tempo, pois, no passado, a figura do intermediário estava ligada apenas à exportação, mas, atualmente, o seu papel é o de fornecer e transportar alimentos. A impossibilidade de o produtor vender diretamente os seus produtos ao consumidor decorre de dificuldades econômicas e logísticas. Mesmo assim, as centrais de abastecimento são positivas aos pequenos produtores, pois agilizam o escoamento da produção, embora haja grandes barreiras para a atuação direta dos produtores rurais na comercialização dos seus produtos, em decorrência da pequena escala, da falta de padronização e da sazonalidade da produção, dentre outras limitações.

Segundo Arroyo (2012), São Paulo teve importante papel na divisão territorial do trabalho, à medida que concentrou altos investimentos públicos e privados promovendo a expansão das atividades econômicas. Ao passo que “Concomitantemente, aceleraram a construção de sistemas de engenharia que lhe servem como base material. De todo modo, diferenciações territoriais configuram-se no interior do estado, e se manifestam também na esfera das trocas comerciais.” (ARROYO, 2012, p. 18).

A CEAGESP surgiu de uma fusão entre duas empresas, a Central Estadual de Abastecimento (CEASA) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP), em 1969, ambas estatais e paulistas que tinham como principais funções o armazenamento de grãos e a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros.

Conforme Cunha e Campos (2008) houve a renegociação das dívidas dos Estados Brasileiros com a União no final dos anos 1990, o que culminou na federalização de duas das maiores empresas atacadistas “que representam conjuntamente mais de 60% do comércio

---

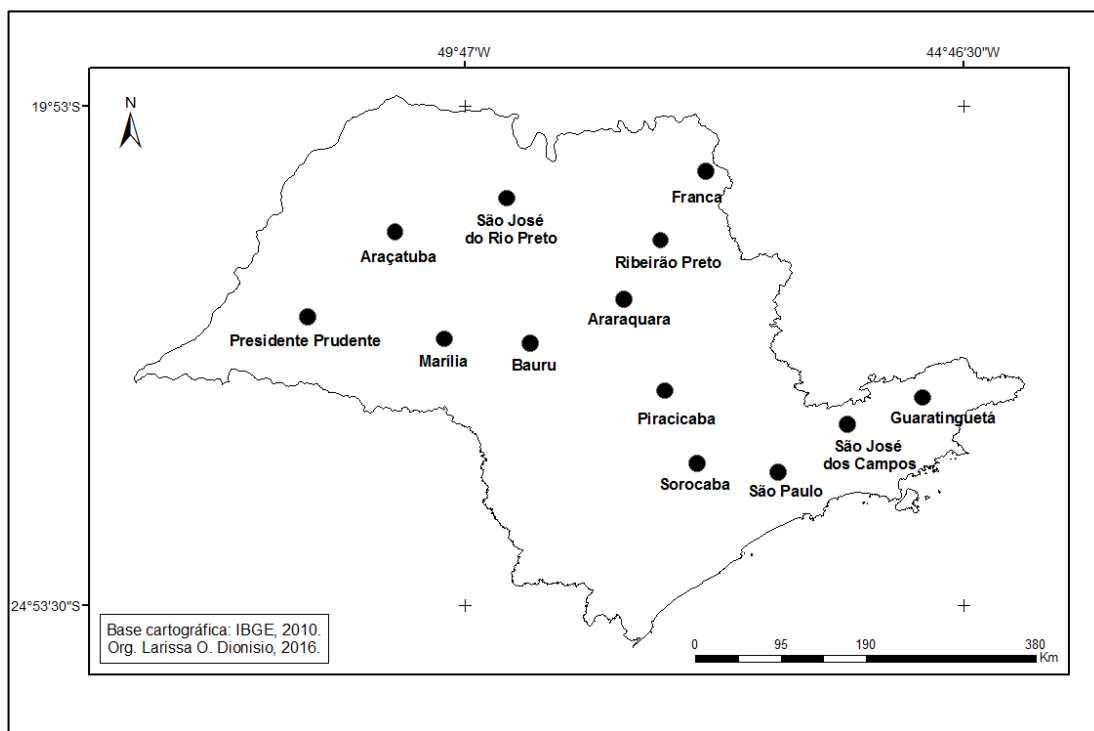
<sup>3</sup> “O estudo do segmento atacadista de comercialização de produtos *in natura* é de suma importância para o entendimento desse setor da agricultura nacional [...] Todos os anos, milhares de agricultores, em sua maioria de pequeno porte ou em sistema familiar de produção, acessam as Ceasas do país. Por meio dessas plataformas logísticas de comercialização de frutas e hortaliças é que grande parte do abastecimento se concretiza” (BOLETIM HORTIGRANJEIRO, 2017, p. 7).

atacadistas nacional de FLV<sup>4</sup>, a CEAGESP (SP) e a Ceasaminas (MG)” (CUNHA; CAMPOS, 2008, p. 10), com o intuito de privatizá-las.

Em 1997 a CEAGESP foi incorporada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo federalizada, deu-se também o vínculo com Programa Nacional de Desestatização (PND), com o intuito de privatizá-la.

No entanto, com o decreto presidencial 8.417/ 2015, em março de 2015, a CEAGESP retirou-se do PND, abrindo a possibilidade para o acesso a linha de crédito para investimento e parcerias públicas e privadas, compreendendo que a Companhia era uma empresa pública, ao passo que ratificou a presença do poder público na elaboração de políticas específicas para o setor de abastecimento.

A CEAGESP detém a maior rede pública de armazéns do Estado de São Paulo e 13 unidades de entrepostos atacadistas localizadas nos municípios de Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo e Sorocaba.



**Figura 1 – Localização dos entrepostos da CEAGESP no estado de São Paulo.**

<sup>4</sup> “FVL – Frutas, legumes e verduras, utilizado como sinônimo de produtos hortigranjeiros.” (CUNHA; CAMPOS, 2008, p. 9).

Lorenzani e Silva (2004) *apud* Firetti *et al* (2011) ressaltam que a maior parte dos produtos hortícolas tem sido comercializada por intermédio das centrais de abastecimento, sendo as suas unidades responsáveis pelo abastecimento de supermercados, hotéis, cozinhas industriais e penitenciárias, com produtos cultivados em hortas, pomares e demais empreendimentos agrícolas, além de oferecerem estabilidade na quantidade comercializada, como ressaltam Bengozi *et al* (2007).

No caso das centrais de abastecimento, algumas das etapas da produção estão espacialmente dispersas, possibilitando contactar os centros de comando da produção, isto é, o comando dos circuitos está situado em poucos lugares. Como evidencia Silva (2013), a especialização produtiva dos lugares será explicitada através da divisão territorial do trabalho, na medida em que há um acréscimo no valor no interior dos próprios circuitos espaciais de produção.

Belik e Cunha (2015) afirmam que as centrais de abastecimento foram originalmente baseadas na comercialização direta de produtos hortifrutigranjeiros. A CEAGESP possuía como missão possibilitar a comercialização direta de produtos agrícolas pelos produtores rurais, entretanto, em algumas localidades como em “São Paulo e Rio de Janeiro a maioria da comercialização é feita por atravessadores” (MAZON, 2010, *apud* VEDANA, 2012, p. 2).

No que concerne aos produtos hortifrutigranjeiros, as centrais de abastecimento interagem com os circuitos superior e inferior da economia urbana, pois nelas atuam empresas atacadistas e transportadoras que, segundo Santos (2008), fazem a articulação dos dois circuitos.

Verifica-se na tabela 1 que o maior volume médio de comercialização anual é realizado na unidade da CEAGESP em São Paulo, com 3,4 milhões de toneladas por ano, seguido de Ribeirão Preto, com 238,7 mil toneladas e Sorocaba com 120,5 mil toneladas anuais.

Em oposição o menor volume médio é comercializado nas unidades de Franca com 12,9 mil toneladas anuais, seguida de Marília com 14,4 mil toneladas anuais. Vale ressaltar, no entanto, que a unidade da CEAGESP de Guaratinguetá não foi computada, porque esses valores se referem à comercialização de frutas, legumes, verduras, pescados e diversos (alho, batata, coco seco, ovos e cebola) e na unidade de Guaratinguetá é realizada apenas a comercialização de flores.



**Tabela 1** – Comercialização das unidades da CEAGESP, por município.

Municípios	Volume médio de comercialização (1.000t./mês)	Volume Anual (Em mil Ton.)
Araçatuba	1,8	22,1
Araraquara	3,9	47,2
Bauru	6,8	81,8
Franca	1,0	12,9
Marília	1,2	14,4
Piracicaba	3,9	47,3
Presidente Prudente	5,0	61
Ribeirão Preto	19,9	238,7
São José do Rio Preto	8,0	96,7
São José dos Campos	8,9	107,5
São Paulo (ETSP)	283	3.400
Sorocaba	10	120,5

Fonte: CEAGESP (2015)

Destaca-se a unidade de São Paulo, com 80,1% do volume total comercializado pela rede CEAGESP, seguido de Ribeirão Preto (5,6%), Sorocaba (2,8%), São José do Rio Preto (2,3%), Bauru (1,9%), Presidente Prudente (1,4%), Piracicaba (1,1%), seguido de Araraquara(1,1%), por fim Araçatuba (05%), Marília (0,3%) e Franca (0,3%).

Embora qualquer firma ou pessoa possa comprar na CEAGESP, há quantidades mínimas a serem adquiridas. A CEAGESP atua no mercado atacadista, não sendo possível o parcelamento ou a compra em quantidades menores. Normalmente, quanto maior o volume adquirido, menores são os preços praticados (UCHENDU, 1967, *apud* SANTOS, 2008).

Carvalho e Pinheiro (2010) ressaltam que nas centrais de abastecimento ocorre o manuseio, movimentação e armazenagem de produtos hortifrutigranjeiros, por haver grande fluxo de veículos, as centrais devem ser tratadas como componente operacional do sistema de transporte.

Com o desenvolvimento e a modernização dos transportes houve a redução do tempo necessário para transportar pessoas e mercadorias, bem como a redução dos custos. Esses fatores influenciam diretamente na produção, posto que uma área não precisa produzir tudo para sua subsistência, permitindo “rápidos ajustes de localização da produção, consumo” (HARVEY, 2004, p. 91).

A CEAGESP, como instituição, tem suas normas e comercializa não somente produtos hortifrutigranjeiros, mas também outros produtos, tais como flores e pescados. Firetti *et al.*

(2011) ressaltam que está havendo mudanças na forma de comercializar, pois os pequenos produtores não conseguem acompanhar as demandas do mercado. Tartaglia (1996) destaca que, mesmo com as inovações tecnológicas, as demandas não são supridas, havendo a progressiva exclusão dos agricultores familiares da CEAGESP.

## **A CEAGESP de Presidente Prudente e os Dois Circuitos da Economia Urbana**

Santos (2008) assinala que os países periféricos tiveram um desenvolvimento próprio que não pode ser correlacionado aos modelos de urbanização dos países centrais. A partir de tal premissa, o autor elabora a teoria dos dois circuitos da economia urbana: os circuitos superior e inferior.

De acordo com Santos (2008), o circuito superior é formado por bancos, serviços atacadistas e transportadoras, atividades ligadas a recursos lógicos no que concerne a utilização tecnológica, isto é, “Atividades muitas vezes ligadas a comandos e demandas externos e que possuem uma racionalidade instrumental no uso de tecnologias e sua organização” (COELHO; PEREIRA, 2011, p. 165).

Assim, o circuito superior, o circuito dito moderno, é um resultado direto da modernização tecnológica, com atividades em que predominam as relações externas ao lugar, à região, ao território, monopolizando e oligopolizando essas diferentes escalas do mercado, sendo um circuito formado pelo agronegócio, pelas grandes empresas mineradoras, pelas grandes indústrias, pelas grandes firmas da construção civil, pelas transportadoras logísticas, e pelo novo terciário, formado pelos comércios modernos e os serviços de média e alta complexidade (QUEIROZ, 2014, p. 109).

Já o circuito inferior é composto por atividades mais simples, tais como “[...] atividades de fabricação tradicionais, como artesanato, assim como os transportes tradicionais e a prestação de serviços” (SANTOS, 2008, p. 24). Atividades consolidadas em um único espaço visando aprovisionar uma pequena população, “configurando uma divisão do trabalho que é operado pelo próprio lugar” (COELHO; PEREIRA, 2011, p. 165).

Queiroz (2014, p. 109) salienta que

O circuito inferior, denominado vulgarmente de “tradicional”, é um resultado indireto da modernização tecnológica, com atividades em que predominam as



relações internas ao lugar, à região, e ao território, de pequenas dimensões e voltadas aos interesses da população, em especial aos dos mais pobres, como a agricultura urbana familiar, as pequenas facções industriais, a produção artesanal, e o terciário “tradicional”, como as feiras livres, os mercados públicos, os camelôs, os ambulantes, o barbeiro, o alfaiate, os entregadores ou fretistas de mercadorias etc.

As atividades do circuito superior são classificadas como “puras”, “impuras” e “mistas”. As atividades que possuem vínculo com os dois circuitos da economia urbana são consideradas mistas, como são os casos das empresas atacadistas e transportadoras.

A compreensão dos dois circuitos da economia urbana permitirá “indicar caminhos analíticos sobre o funcionamento das cidades, especialmente apontando para as atividades que são criadas visando a geração de trabalho” (CATAIA, 2013, p. 64). De acordo com o mesmo autor, os dois circuitos da economia urbana se distinguem pelo uso do capital, organização das atividades e utilização de tecnologia. No entanto, os dois circuitos possuem uma relação de complementaridade e até mesmo de concorrência, sendo parte de um mesmo sistema econômico.

No que concerne aos produtos hortifrutigranjeiros, as centrais de abastecimento interagem com os circuitos superior e inferior da economia urbana, pois nelas atuam empresas atacadistas e transportadoras que, segundo Santos (2008), fazem a articulação dos dois circuitos.

Conforme Silva (2013), a totalidade da economia urbana e tanto o circuito superior quanto o inferior se subordinam às leis gerais do funcionamento capitalista, ao passo que o surgimento dessa dinâmica urbana capitalista se deu através do incremento tecnológico.

Segundo Locatel e Hespanhol (2009), ainda que se façam necessários o aprimoramento e a disseminação de técnicas, as ligações intersetoriais associadas ao nível tecnológico retratadas pelo sistema agrícola moderno situam as atividades agrárias próximas da dinâmica urbana, através de suas características produtivas.

As centrais de abastecimento contribuíram para ampliar as relações cidade-campo, posto que a cidade exerce influência direta sobre as atividades agrícolas. Santos (2001) ressalta a imprescindibilidade da cidade no comando técnico e faz alusão ao que ele denomina

de “urbano-residente”<sup>5</sup>, que são as pessoas que trabalham no campo em atividades agrícolas, mas residem na cidade, o que também as torna urbanas.

De acordo com Santos (2008), o circuito inferior é recorrentemente denominado de terciário na literatura relacionada com a urbanização de países subdesenvolvidos, o circuito inferior compreende

[...] as atividades de serviço como a doméstica e os transportadores, assim como as atividades de transformação como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços que vão além de suas definições específicas e que têm uma filiação em comum (SANTOS, 2008, p. 201).

Em Presidente Prudente é possível considerar as feiras livres e os pequenos mercados de bairros como atividades do circuito inferior.

A Feira livre da Avenida Manoel Goulart é a principal da cidade e é realizada a mais de 60 anos. Nela foram realizadas entrevistas com dez feirantes, dentre os quais apenas dois são proprietários rurais. A maioria dos feirantes comercializa na feira da Manoel Goulart e em outras feiras da cidade, apenas uma das feirantes entrevistadas fornece seus produtos a restaurantes e mercados.

Dentre os 10 feirantes entrevistados, oito compravam todos os seus produtos da CEAGESP de Presidente Prudente, dois compravam apenas parte da produção da CEAGESP. Apenas um feirante entrevistado produzia para comercializar, enquanto o outro produzia para subsistência e eventualmente comercializa, preferindo comprar da CEAGESP.

Santos (2008) salienta que os supermercados e as grandes lojas são um fenômeno em expansão nos países subdesenvolvidos, pois criam tornam a oferta de produtos mais numerosa e diversificada.

Para a pesquisa de campo foram escolhidas seis empresas que compram produtos da CEAGESP, sendo elas: dois hipermercados, dois supermercados e dois pequenos mercados.

Como mostrado no gráfico 1, elaborado com dados obtidos por meio da pesquisa de campo, os mercados menores são mais dependentes da CEAGESP de Presidente Prudente, à

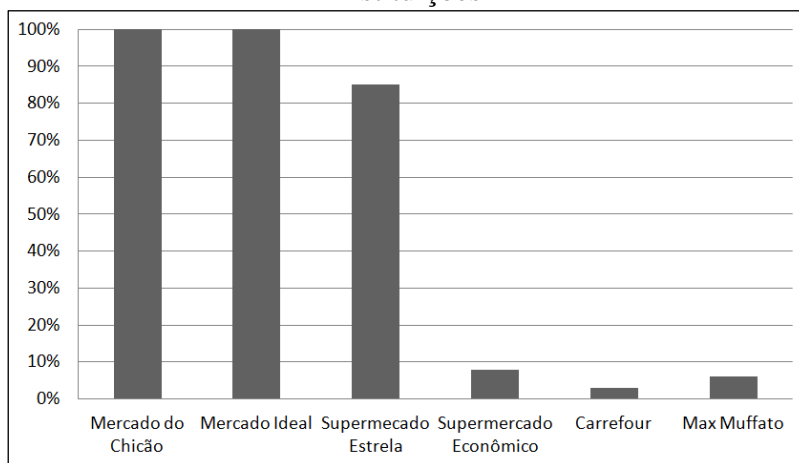
---

<sup>5</sup> “A cidade é um pólo indispensável ao comando técnico da produção, cuja natureza se adapta, e é um lugar de residência de funcionários da administração pública e das empresas, mas também de pessoas que trabalham no campo e que, sendo agrícolas, são também urbanas, isto é, urbano-residente” (SANTOS, 2001, p. 90).

medida que se abastecem totalmente com produtos hortifrutigranjeiros da central de abastecimento, já os dois supermercados pesquisados compram respectivamente 85% e 8%, sendo que o gerente do Supermercado Econômico, mencionou que compra a maioria dos produtos hortifrutigranjeiros diretamente de agricultores.

No que refere aos hipermercados, a dependência é mínima, sendo que o Carrefour adquire apenas cerca de 3% dos produtos hortifrutigranjeiros que comercializa da CEAGESP de Presidente Prudente e o Muffato Max, cerca de 6%. Segundo os entrevistados dos dois hipermercados, a maior parte dos produtos hortifrutigranjeiros comercializados é adquirida pelas respectivas matrizes destas empresas.

**Gráfico 1** – Percentual dos produtos hortifrutigranjeiros fornecidos pela CEAGESP a instituições



*Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.*

Os produtos que não são fornecidos pela CEAGESP de Presidente Prudente são fornecidos por outras empresas, o funcionário do Muffato Max não divulgou o nome da empresa, já do Carrefour o funcionário deixou claro que os produtos hortifrutícolas eram oriundos da matriz do Carrefour em São Paulo.

### **A CEAGESP e o Circuito Espacial de Produção**

A especialização produtiva proporcionou circuitos espaciais variados com graus diferentes de produção, as mais modernas são captadas “quase sempre para os mercados elitizados das regiões metropolitanas e ao mercado internacional” (BINI, 2014, p. 251), já as

não tão modernas poderão ser captadas por outros mercados antes de serem comercializados na região produtora, elevando o preço e impedindo o acesso da população aos produtos. Apesar das revoluções tecnológicas ocorridas, sobretudo, a partir da década de 1960, e da modernização da agricultura a ela associada, “a fome e a subnutrição persistem, pois tais problemas não derivam propriamente da indisponibilidade de alimentos, mas na disparidade na sua distribuição” (HESPANHOL, A. N.; HESPANHOL R. A. M., 2010, p. 75).

Montagut (2009) apud Bini (2014) acentua o gasto que os circuitos extremamente amplos e dispensáveis no tempo e espaço influem no valor final dos produtos. Este é o caso de São Paulo, pois antes dos produtos serem distribuídos para os entrepostos situados no interior do estado, muitos vão primeiramente a CEAGESP de São Paulo, ocorrendo, inclusive, a aparente irracionalidade da dupla circulação da mesma mercadoria.

Santos (1988) ressalta que tem havido o progressivo incremento da especialização produtiva, sendo os circuitos regionais de produção substituídos por circuitos espaciais de produção, resultando na maior integração entre diferentes regiões, havendo um maior entrelaçamento dos circuitos produtivos. Todas as etapas do processo de produção se articulam por intermédio dos chamados circuitos espaciais de produção.

A CEAGESP visa comercializar produtos hortifrutigranjeiros e, em segundo plano, facilitar a interação entre produtores e consumidores e, esporadicamente, consumidores finais, a instituição é parte importante do circuito espacial de produção de produtos hortícolas.

Ao se estabelecer a relação entre os circuitos espaciais de produção e os circuitos superior e inferior, é possível enfatizar a integração entre “[...] as propriedades técnicas da produção, circuito das firmas, com a economia urbana” (SILVA, 2013, p. 6). Portanto, conhecer todas as fases do circuito espacial de produção, bem como sua relação com a teoria dos dois circuitos da economia urbana propicia a identificação dos impactos gerados por um determinado produto ou produção sobre a sociedade “que é comandada por diferentes atores e com distintos poderes de estruturação do espaço” (SILVA, 2013, p. 6).

## **Conclusão**

Em 1981 foi implementada a CEAGESP na cidade de Presidente Prudente, sendo que antes da instalação da CEAGESP, os estabelecimentos comerciais compravam os produtos diretamente dos produtor e de intermediários.

A CEAGESP possui grande influência na definição de preços, no caso de Presidente Prudente é possível notar que hipermercados e supermercados adquirem produtos fora da rede CEAGESP, utilizando-a como amparo caso ocorra algum problema com os fornecedores dos quais normalmente adquirem os produtos, já os mercados menores têm grande, senão absoluta, dependência da dinâmica dessa central, paralelamente os feirantes também passaram a adquirir na CEAGESP os produtos que comercializam.

Além da tecnologia, o advento das centrais de abastecimento possibilitou aos comerciantes o acesso aos produtos agrícolas, importantes para o reabastecimento de seus estabelecimentos.

Com a crise de 2008 e a possível insegurança alimentar, a Associação das Centrais de Abastecimento (ABRACEN) conjuntamente com o Prohort criaram o manual operacional das Ceasas do Brasil, a fim de se antecipar a possível instabilidade e promover a instrução de inovações tecnológicas do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado de Hortigranjeiro (PROHORT), bem como procedimentos de higienização da produção hortifrutícola, cuidados no armazenamento etc.

A CEAGESP de Presidente Prudente reúne diferentes fluxos do circuito espacial de produção em diferentes escalas, transitando desde escalas nacionais até as locais. Neste caso, as escalas locais têm maior destaque, na medida em que apresenta um grande fluxo na própria região de Presidente Prudente. Os municípios que frequentemente fornecem a CEAGESP de Presidente Prudente são Álvares Machado, Regente Feijó, Anhumas e Indiana. Em termos de escala regionais, os principais são o Paraná e Minas Gerais.

Já no que se refere ao destino do fluxo de hortifrutigranjeiros suscitado pela CEAGESP de Presidente Prudente, o raio de atuação compreende o Pontal do Paranapanema e a Nova Alta Paulista, além do Noroeste do Paraná e o Leste do Mato Grosso do Sul.

O abastecimento através da CEAGESP na cidade de Presidente Prudente se dá principalmente em feiras e pequenos estabelecimentos como mercados de bairros, no entanto os supermercados e hipermercados também se utilizam dessas atividades quando ocorre imprevistos. Todos esses estabelecimentos são agentes finais das trocas para o consumo, tendo a CEAGESP uma finalidade intermediária. Assim a central reúne interações com os dois circuitos da economia urbana, além de incorporar os fluxos de diferentes circuitos espaciais da produção agrícola.

## Referências

- ANJOS, F. S.; BECKER, C. Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: o desenvolvimento como liberdade. *Revista Econômica*. Fortaleza, v. 45, p. 92-101, 2014.
- ARROYO, M. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v.2, n. 1, 2012, p. 7-26.
- BENGOZI, F. J. Análise do mercado de abacaxi comercializado na CEAGESP – São Paulo. *Revista brasileira de fruticultura*. Jaboticabal, v. 20, n. 3, 2007, p. 494-499.
- BINI, D. L. C. *Da formação socioespacial à diferenciação dos circuitos espaciais agropecuários na região de Araçatuba (SP)*. 2014. 638 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- GOMES, M. E. S.; ANTONIALLI, L. M.; COSTA, C. C. Caracterização dos produtores rurais de Minas Gerais ofertantes da CEASA. In: *Congresso da Sober*, 43. , 2005, Ribeirão Preto. *Anais...*Ribeirão Preto:SOBER, 2005.
- CARVALHO, M. V. G. S. A. ; PINHEIRO, A. M. G. S. . A logística do abastecimento na RMB: o caso CEASA. In: TOBIAS, M. S. G.; NETO, B. C.. (Org.). *Grande Belém: faces e desafios de uma metrópole insular*. 1ª ed.Belém: Ponto Press Ltda., 2010, v. 01, p. 25-48.
- CATAIA, M.; SILVA, S. C. da.; Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. *Boletim Campineiro de Geografia*, v.3, n. 1, 2013, p. 55-75.
- CEAGESP-*Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo*. Disponível em: <http://www.ceagesp.gov.br/atacado/rede/prudente> Acessado em: 6 de set. 2014.
- COELHO, O. M.; PEREIRA, M. F. V. O circuito inferior da economia na área central de Unerlândia (MG): avaliação e caracterização. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 20, n. 1, 2011p. 163-188.
- CONAB *Companhia Nacional de Abastecimento*. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1209&t=> Acessado em: 13 de Abr. de 2016.
- CUNHA, A. R. A A.;CAMPOS, J. B.Sistema CEASA: uma rede complexa e assimétrica de logística. In: *Seminário sobre a Economia Mineira*. 13, 2008, Belo Horizonte, *Anais...*, Belo Horizonte, p. 1-19.
- FIRETTI, R.*et al*. Participação de organizações sociais na gestão de entrepostos de abastecimento: o caso da Ceasa/PR em Londrina. -*Informações Econômicas*, São Paulo, v. 41, n.4, 2011, p. 64-72.
- HARVEY, D. A globalização contemporânea. In:*Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 79 – 103.



HESPANHOL, A. N.; HESPANHOL, R. A. M. Os efeitos da elevação dos preços das COMMODITIES agrícolas sobre a Segurança alimentar. *Revista Faz ciência*, Paraná, v. 12, n. 15, 2010, p. 73-94.

LOCATEL, C. D.; HESPANHOL, A. N. Desenvolvimento da agricultura e espaço rural. In: SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F. C. (Org.). *Questões nacionais e regionais do território brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 117-132.

QUEIROZ, T. A. N. *A CEASA-RN e os circuitos da economia urbana: a circulação de hortifrutigranjeiros em Natal-RN, 2014*, 148 f. Dissertação (Mestre em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2014, 137 p.

SILVA, S. C. de. A reorganização do circuito espacial da produção do vestuário no Brasil. *Espaço e Economia*, 2013. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/475%20;%20DOI%20:%2010.4000/espacoeconomia.475> Acessado em: 01 de Set. 2015.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. Hucitec. São Paulo, 1988, 124 p.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, 174 p.

SANTOS, M. *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Trad. Myrna T. Rego Viana. 2ª Ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 440 p. (Coleção Milton Santos4)(Primeira Edição, 1979).

TARTAGLIA, J. C. Desenvolvimento, fome e segurança alimentar. In: GALEAZZI, M. A. M. (Org.). *Segurança alimentar e cidadania*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1996. p. 117-130.